



A CONFORMAÇÃO DO NORTE FLUMINENSE E A CONSOLIDAÇÃO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: A PRODUÇÃO PETROLÍFERA NA BACIA DE CAMPOS E O PORTO DO AÇU CONSTITUINDO “NOVAS” BASES DA DINÂMICA REGIONAL

Zandor Gomes Mesquita ¹

RESUMO

O Norte Fluminense, na atualidade, se destaca no cenário nacional por ser a região onde encontram-se infraestruturas associadas a cadeia produtiva petrolífera e onde se materializa os processos ligados ao Complexo Logístico Industrial Porto do Açu. Ambos os empreendimentos são ressaltados pela capacidade mobilizadora de recursos que possuem, por serem partes importantes de questões de interesse nacional e por terem possibilidade de transformarem a dinâmica regional. Entretanto, as ações destes projetos não transformaram intensamente a região. Isso decorre do fato de serem consolidadas em espaços com processos já estruturados, pelos quais a região é caracterizada. Dessa maneira, torna-se interessante analisar as questões atuais tendo a região como ponto de reflexão, entendendo-a como produto e produtora de relações e dinâmicas, pelas quais se caracteriza. Tendo este ponto em vista que o artigo é organizado. Têm-se o objetivo de compreender a maneira pela qual os Grandes Projetos de Intervenção da atualidade consolidaram as dinâmicas do meio técnico-científico-informacional e, por consequência, influenciaram a conformação da região. Faz-se isso por intermédio de revisão bibliográfica e levantamento de informações das bases secundárias que possibilitam entender as transformações das dinâmicas regionais. Como resultado verifica-se que estes projetos foram importantes para a modernização de processos conformadores da região, mas que sua consolidação está associada a questões que foram constituídas na base de formação do Norte Fluminense.

Palavras-chave: Região, Norte Fluminense, Meio Técnico-Científico-Informacional, Grandes Projetos de Intervenção.

RESUMEN

Norte Fluminense se destaca actualmente en el escenario nacional por ser la región donde se ubica la infraestructura asociada a la cadena productiva petrolera y donde se materializan los procesos vinculados al Complejo Logístico Industrial Porto do Açu. Ambos proyectos destacan por su capacidad para movilizar recursos y por poder transformar la dinámica regional. Sin embargo, las acciones de modificación que generan no alteran intensamente la realidad local. Esto se debe a que se consolidan en espacios con procesos ya estructurados, por lo que la región se caracteriza. Así, es interesante analizar temas de actualidad teniendo a la región como punto de reflexión, entendiéndola como producto y productora de relaciones y dinámicas, por las que se caracteriza. Teniendo en cuenta este punto que el artículo está organizado. El objetivo es comprender la forma en que los Grandes Proyectos de Intervención de hoy han consolidado la dinámica del entorno técnico-científico-informacional y, en consecuencia, han influido en la conformación de la región. Esto se realiza mediante revisión bibliográfica y relevamiento de información de bases de datos secundarias que permiten comprender las transformaciones de las dinámicas regionales. Como resultado, parece que estos proyectos fueron importantes para la modernización de los procesos conformistas en la región, pero que su consolidación está asociada a temas que se constituyeron en la base de formación del Norte Fluminense.

Palabras clave: Región, Norte Fluminense, Meio Técnico-Científico-Informacional, Grande Proyectos de Intervención.

¹ Doutor pelo Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, zandormesquita@gmail.com;



INTRODUÇÃO

O Norte Fluminense, apresentado nesse primeiro momento como uma região institucionalizada, é a segunda mesorregião do estado do Rio de Janeiro com menor número de municípios, nove no total, (Cardoso Moreira, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, Carapebus, Conceição de Macabu, Quissamã, São João da Barra, Macaé e Campos dos Goytacazes) e ocupa uma área de 9.974km², o que equivale a quase 23% do território fluminense. Sua densidade demográfica é de, aproximadamente, 96 hab/km², enquanto a do estado, como um todo é bem maior, 365 hab/km². A população dessa região se concentra em alguns municípios chaves. Segundo estimativas publicadas pelo IBGE Cidades (2020), o Norte Fluminense, em 2020, contou com aproximadamente 965 mil habitantes, o que representou cerca de 5,5% do total demográfico do estado do Rio de Janeiro. O município mais populoso é Campos dos Goytacazes, com 511 mil habitantes, o que equivale a 53% do total da população da região. Este município também é o que apresenta maior área em relação à região, com 41,3% do total. Macaé é o segundo município com maior número de moradores, 262 mil, seguido por São Francisco do Itabapoana, com 42 mil habitantes. São João da Barra é o quinto mais populoso da região, com 36 mil habitantes.

Para além destas características, o presente trabalho enfatiza a região a partir de suas relações, dinâmicas e processos, pois entende-se que estas questões são a base para compreensão de sua conformação. Com isso, a região não é considerada como um puro e simples recorte espacial, marcado por sucessões de acontecimentos. A região é analisada como uma fonte de informação histórica e geográfica, constituindo-se, concomitantemente, como produto e produtora de processos, sendo conformada de maneira relacional a partir da ação de atores que interagem em diferentes escalas e que torna possível, por seu intermédio, a compreensão de diferentes fenômenos (sociais, culturais, políticos etc.). Por essa perspectiva de análise, a região é constituída de maneira processual, com cisões e permanências, pelas quais se caracteriza e entende o hoje.

Assim, pode-se dizer que a região é um acumulador de tempos, conformada de maneira relacional pelos processos que a compõem e, sem os quais, não pode ser entendida. Na medida em que é processual e histórica, assume diferentes formas, pois diferentes são os contextos influenciadores desse processo. Por isso, diz-se que esse tempo não pode ser entendido como algo monolítico, estabelecido de um único processo, constituído e caracterizado pela simples sucessão dos anos. O tempo em questão está relacionado com o sistema sucessivo de acontecer



social, que marcam períodos diferentes, mas que também caracterizam lugares distintos, ações singulares e atores diversos, mesmo que estes coexistam em tempo histórico.

Na ação de compreender a relação das dinâmicas dos diferentes tempos e como elas se materializam no espaço, Santos (2006) chama atenção para as possibilidades de análise que o objeto técnico proporciona. Segundo o autor, na medida que cada objeto é criado e utilizado de maneira própria nos variados contextos, sendo, inclusive, influenciado por eles, materialidades vão se constituindo. Essas refletem no tempo e no espaço relações específicas, de diferentes escalas, conformando materialidades que podem ser utilizadas para historicizar dinâmicas. Assim, pela técnica se faz possível periodicizar processos de diferentes tempos, pelos quais uma região é conformada. Santos (2006) auxilia nessas análises ao estabelecer uma periodização do meio geográfica, dividindo-o em: meio natural (pré-técnico), meio técnico e meio técnico-científico-informacional.

O Norte Fluminense tem suas bases de conformação ligadas à atividade canavieira. Introduzida nesta espacialidade desde os primeiros anos de colonização europeia, no século XVI, foi só a partir do século XVIII que as dinâmicas ligadas ao setor se constituem e consolidam, estruturando e dando notoriedade à região. Contudo, no decorrer do século XX, por conta de diversas situações, que vão desde investimentos equivocados feitos pela elite do setor, até a dificuldade em concorrer com a produção sucroalcooleira paulista, a atividade canavieira entra em declínio na região, perdendo influência na composição das economias locais.

Entretanto, isso não aponta para uma estagnação da região. Concomitante ao processo de falência do setor produtivo sucroalcooleiro, outras atividades se constituem e dão notoriedade ao Norte Fluminense, inserindo-o no mercado global. Dentre esses, destaca-se o Complexo Logístico Industrial Porto do Açu, com as bases de instalação sendo mobilizadas no decorrer da década 2000, e a exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos por ação notória da empresa Petrobrás, iniciada a partir da década de 1980.

Em comum entre esses dois empreendimentos há a promessa, propagada pelos responsáveis por suas instalações, de “modernização” da região. O grupo dominante local construiu o discurso de que os grandes projetos seriam o remédio para a cura de tudo o que é atraso (ligado à herança canavieira), sendo a única forma capaz (de maneira quase messiânica) de alcançar o “desenvolvimento” econômico e regional do Norte Fluminense. Assim, criar qualquer empecilho para esses projetos, mesmo que de maneira involuntária, seria impedir o bem de todos e o futuro da região.



De fato, os grandes investimentos têm capacidade de modificação da dinâmica regional. Eles possuem potencial de organização e transformação dos espaços, com possibilidade de compor e decompor regiões, projetando no local e no espaço regional lógicas e interesses de grupos que vão para além do seu território (VAINER, 2007). Mas isso não quer dizer que eles não sejam influenciados, por sua vez, em retorno, pelas questões regionais. A implementação dos projetos não ocorre em espaços vazios; eles são estruturados em espacialidades que possuem dinâmicas já definidas (definindo-se por elas, inclusive), baseadas em atividades anteriormente consolidadas, que caracterizam e configuram redes e infraestruturas que conformam a região. Assim, faz-se necessário relativizar o fato destes serem tratados como uma cisão total de dinâmicas estabelecidas anteriormente e que, por seu intermédio, uma nova realidade seria posta.

Os empreendimentos que se fazem presentes na região foram e são importantes na estruturação das dinâmicas que a conforma e caracteriza. A atividade petrolífera consolidou as bases para o avançar do meio-técnico-científico-informacional do Norte Fluminense. Todavia, entende-se que os grandes projetos instalados atualmente no Norte Fluminense foram influenciados pelos processos que conformaram a região, seguindo lógicas que perpassam as diferentes escalas (do local ao global, em uma dinâmica transescalar), materializadas a partir das ações de diferentes atores. Dessa maneira, além de considerá-los um elemento influenciador das dinâmicas regionais, eles devem ser vistos também como resultantes de um processo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de região não se limita a um recorte espacial pré-estabelecido, onde processos são estruturados e desenvolvidos sem nenhuma relação com a espacialidade que a abriga. A região é produto e produtora de dinâmicas pelas quais o regional é caracterizado, estruturando esses processos ao mesmo tempo que é conformada por eles (HAESBAERT, 2018). Assim, por ser constituída de maneira relacional, suas análises permitem a compreensão de fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais etc., pelas quais uma espacialidade foi estruturada e conformada. Por essa perspectiva, a região se apresenta como uma importante fonte de informação histórica e geográfica, principalmente por evidenciar a ação dos diferentes atores sociais (nas suas mais variadas escalas) que em sua interação produzem relações que a caracteriza.

Com isso, como ressalta Albuquerque Jr (2011), a região, para além de um a priori, uma espacialidade que possui singularidade natural e existe por ela, é relacional, fruto de uma estratégia de homogeneização que ocorre do embate de forças dos diferentes grupos que



implementam suas dinâmicas, buscando a otimização das suas demandas. Por este prisma, há de se entender que na constituição da região uma característica é ressaltada excluindo todas as outras possíveis, diferenciando-se das (ou igualando-se às) demais, interna ou externamente, a partir da influência de uma ação de dominação.

Assim, a região produz ao mesmo tempo que é produzida por dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais que se relacionam e configuram o espaço. Essas relações, por sua vez, são processuais e históricas, produzindo diferentes materialidades no decorrer dos anos, variando de acordo com a alteração das relações que lhe conformam. Isso porque as infraestruturas econômicas e a superestrutura social e cultural interagem, retroalimentando-se de um e de outro aspecto, com o social e o espacial consolidando-se como infraestruturais seja pela norma, pelo meio ou pelas formas com que interagem. Com isso, a região pode até ser enfatizada por atividades específicas que sejam desenvolvidas em sua espacialidade, mas a predominância de uma e não de outra dinâmica também se dá de maneira processual e relacional, a partir da ação de diversos atores, em diferentes esferas, criando, de maneira intencional, uma “identidade” regional com o intuito de atingir determinado fim. Ou seja, as regionalizações e, por conseguinte, a criação da região, não tem nada de natural ou espontâneo.

Com essa compreensão complexa do conceito, não se pode fechar e nem essencializar a região, nem seus processos constituidores. Há de se identificar sua dinâmica conformadora, seus elementos caracterizadores, suas forças relacionais, mas também deve-se entender que a interação destes fatores não é eterna, podendo variar ao longo do tempo. Assim, mesmo ressaltando as ações que dão base à região, deve-se tê-la como “(...) móvel, aberta e atravessada pelas relações de poder” (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 37). Neste sentido, a delimitação posta é provisória e contextual.

No entendimento das dinâmicas que conformam a região, uma questão deve ser ressaltada: a ação escalar dos diferentes atores que se relacionam e caracterizam o regional. A ação escalar não se resume à questão da espacialização das infraestruturas, ou do recorte de ação de um determinado agente, ou da limitação das dinâmicas no âmbito da região, tratada por esta perspectiva, em si, como uma escala/recorte de análise. Entende-se que os elementos que caracterizam a região não obedecem a uma lógica linear estagnada, nem atuam de maneira única, limitada em um espaço específico, e nem agem de maneira reificada, no interior de camadas ou níveis horizontais, onde não haveria combinações, disputas, conflitos e interações. Muito pelo contrário, as ações de influência sobre o objeto abordado na tese são articuladas e interacionais, constituídas a partir de diferentes processos sócio-espaciais, estabelecidas de



maneira complexa e que são, antes de tudo, fruto de relações de poder. Assim, como aponta Swyngedouw (2018), a questão da escala deve ser vista tendo por base uma perspectiva relacional, definindo-a como sendo um adensamento das relações sociais que são estabelecidas nas arenas, nas quais e pelas quais operam. Com isso, as escalas não podem ser tratadas como identidades estáticas, mas, sim, como dinâmicas, constituídas em e por intermédio de interrelações de forças, que não são lineares, atuando de maneira transescalar, influenciada por conteúdos ideológicos.

E por essa questão relacional, a escala e a região se integram. Brandão (2011) enfatiza essa perspectiva conflituosa, construída e interacional que a escala apresenta, definindo-a como uma construção (social, discursiva e material), pela qual seus elementos componentes se relacionam, com decisões e estruturas sendo estabelecidas a partir das articulações entre microprocessos e macrodecisões (que são representações dos diferentes poderes em disputa). Por esta perspectiva, é abandonada a noção de que os espaços são reificados e passivos, tidos como meros receptáculos onde se inscrevem os deslocamentos/movimentos processuais, e passa a prevalecer a noção de que o espaço é base operativa, fruto de decisões e ações de sujeitos históricos que os determinam. Assim, as escalas, assim como a região, são dinâmicas — pois estão inseridas e são constituídas em uma realidade não estagnada, onde a vida social é organizada e reproduzida — e inexatas (só podendo serem definidas e qualificadas em relação às outras, quando pode ser estabelecida uma coerência interescalar), representando o contexto material e simbólico no qual estão inseridas.

Por estas discussões, chama-se a atenção para a perspectiva transescalar dos processos que compõem a região, com o local, regional, nacional e o global convergindo e entrelaçando na constituição dos consórcios empresariais e coalizões políticas (VAINER, 2007). Nessa abordagem, a região se apresenta como central para o entendimento das questões atuais que se colocam no Norte Fluminense. Mas esta, para além de ser abordada de maneira transescalar, também deve ser vista a partir das dinâmicas que foram sendo cristalizadas ao longo do tempo. A região não é um simples recorte, como já foi tratada em um determinado momento da história do pensamento geográfico (principalmente no proceder quantitativista), nem tampouco uma fotografia que evidencia somente o que está estruturado. Ela é um acumulador de tempos, conformada de maneira relacional pelos processos que a compõem e, sem os quais, não pode ser entendida. Na medida em que é processual e histórica, assume diferentes formas, pois diferentes são os contextos influenciadores desse processo. Assim, a região pode ter distintas relações na sua conformação, ao mesmo tempo em que regionalizações são instituídas e



modificadas, fazendo necessário compreender as permanências e rupturas, as significações e ressignificações que a caracterizam e a singularizam ante os demais espaços, mas tendo em mente que a região é um recorte espacial que deve ser enfatizado no âmbito dos limites cronológicos que lhe são particulares (GRATALOUP, 2006).

Com estas questões em vistas parte-se para as análises dos grandes projetos de intervenção que se constituíram no Norte Fluminense na atualidade. Entende-se que os mesmos possuem capacidade de influenciar as dinâmicas que caracterizam a região nos dias atuais, da mesma maneira que sua implementação foi influenciada por processos regionais de outrora, pelos quais o Norte Fluminense foi conformado. Assim, a consolidação do meio técnico-científico-informacional na região, ligada à atividade petrolífera e portuária, tem relação direta com as atividades anteriores, com destaque para a produção canavieira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conformação do Norte Fluminense está diretamente ligada à atividade canavieira. Desde o século XVI, quando se deu as primeiras tentativas de colonização europeia na Capitania de São Tomé (espacialidade que quase coincide com a atual mesorregião Norte Fluminense), a cana-de-açúcar foi utilizada com o intuito de desenvolver uma cultura agrícola na região. Contudo, por conta de questões que se ligam a relação com os nativos, a característica do meio no qual se deu as primeiras ocupações, ao interesse (ou a falta dele) da coroa portuguesa, dentre outras coisas, as dinâmicas de colonização não foi bem-sucedida nos primeiros séculos, e isso marca o período do meio natural do Norte Fluminense.

Essa situação se altera a partir do século XVIII e foi auxiliada por outra atividade econômica: a pecuária. Constituída na região no decorrer do século XVII, primordialmente, para atender as demandas da Capitania de São Vicente/Rio de Janeiro que vivenciava maior estruturação e expansão de suas atividades, a pecuária auxiliou na ocupação da planície aluvionar do Rio Paraíba do Sul, ou seja, abriu caminhos em locais com melhores condições de estabelecimento e cultivo da cana-de-açúcar. Assim, o meio que até então dificultava a consolidação da atividade canavieira passou a ser um elemento a favor de sua constituição. Além desta questão, outros pontos deixaram de ser empecilhos para a consolidação da colonização europeia nessa espacialidade, como a diminuição dos conflitos com os nativos locais.

A resolução dos problemas locais ocorreu no decorrer do século XVIII, mas foi ao longo do século XIX que houve uma maior estruturação da região, e se deu muito em função do maior



interesse por parte da Coroa Portuguesa na produção sucroalcooleira. Neste novo contexto, recursos eram utilizados para estruturação de uma circulação regional e escoamento de mercadorias até o Rio de Janeiro. Essa ação, além de incentivar o crescimento da produção canavieira local, conectava o Norte Fluminense a outras regiões, estabelecendo uma maior dinâmica regional. O aumento dos investimentos fez avançar a estruturação do espaço, com infraestruturas de produção e circulação sendo implementadas na região.

Esses processos constituídos influenciaram diretamente a consolidação do meio técnico no Norte Fluminense. No decorrer de todo século XIX e, principalmente na primeira metade do século XX, período no qual a região ganhou notoriedade no cenário nacional, as relações ligadas à atividade sucroalcooleira conformaram as dinâmicas que caracterizam o Norte Fluminense. A produção do açúcar não se restringiu à influência dos processos econômicos, se fazendo presentes também na configuração de dinâmicas culturais, políticas, sociais, ambientais etc. A cana foi a base para o avançar do meio técnico da região.

Entretanto, no decorrer da segunda metade do século XX, a atividade canavieira da região enfrentou problemas. O avanço do meio técnico sobre a produção sucroalcooleira não se dá de maneira plena, entrando em divergência e em contradição com as tradicionais relações de poder constituídas no campo regional. A atividade canavieira, que até então era o símbolo de bonança e que destacou a região no cenário nacional, entra em crise e passa a ser relacionada ao retrocesso e estagnação econômica. Com isso, a partir da década de 1980, o meio técnico-científico-informacional não encontra bases de propagação na região através dessa atividade, diferentemente do que acontece em São Paulo. Como Cruz (2003) aponta, até mesmo no período de predominância da atividade canavieira, essa simbologia do “atraso” existiu e foi apropriada pelo grupo dominante canavieiro com o intuito de conseguir investimentos para a dinamização do setor e, conseqüentemente, para a região. Dessa maneira, pode-se dizer que neste contexto a atividade canavieira é tratada, de maneira paradoxal, como uma força propulsora e um elemento retrógrado que influenciaram no não desenvolvimento do Norte Fluminense.

Contudo, afirmar que a atividade sucroalcooleira não foi a principal força propulsora da conformação do meio técnico-científico-informacional na região não significa dizer que o Norte Fluminense não vivenciou essa fase. Isto porque, a partir da década de 1970, outra atividade passa a influenciar a constituição de novos comportamentos e conteúdos no território regional, intensificando a possibilidade de circulação da produção, do dinheiro, das pessoas, dos insumos, das ideias e das ordens (SANTOS e SILVEIRA, 2006). Nesse período, o setor



petrolífero, aproveitando-se das estruturas e dinâmicas ligadas à economia açucareira, conforma suas bases de exploração na Bacia de Campos. Com isso, o Norte Fluminense que começara a ser visto como uma “região-problema” (PIQUET, GIVISIEZ e OLIVEIRA, 2006) volta ao cenário nacional como a expressão do futuro.

Ao afirmar que a atividade petrolífera foi estruturada na região, tem-se a intenção de abordá-la de maneira processual. Mesmo estando ciente das características peculiares geológicas que possibilitam a exploração desse recurso nesta porção específica do território nacional, há de se relativizar a questão da “descoberta” do petróleo. Da conformação do setor até o ponto de possibilitar a exploração em larga escala desta fonte de energia, diversas foram as ações envolvidas, diferentes foram os atores que agiram, várias foram as dinâmicas implementadas. Ressaltar essas questões se faz pertinente para entender a gênese da região.

No momento inicial, a exploração de petróleo no Brasil se deu em terra, tanto que o marco da extração e o registro do primeiro campo com exploração comercial do petróleo se deram em terras baianas, na localidade de Lobato, em 1939 e o segundo fato ocorrendo no município de Candeias, em 1941. Conforme aponta Pessanha (2017), mesmo tendo essas datas como marcos históricos da gênese do setor petrolífero nacional, a produção só foi se desenvolver quase meio século depois, devido à falta de investimentos, equipamentos e especialistas no setor.

Contudo, há de se ressaltar que no período (entre 1934 e 1953) foram estabelecidas as bases dos princípios que invocam a soberania nacional na exploração da atividade mineral no país, com as Constituições de 1934 e 1937 implementando ações que visavam o protagonismo do Estado brasileiro na utilização dos recursos oriundos do subsolo do país (PESSANHA, 2017; MORAIS, 2013). Como reflexo desta política foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) que tomou a frente das atividades atreladas ao setor petrolífero. Entretanto, o órgão não empreendeu grande êxito no avanço da consolidação das infraestruturas da exploração petrolífera, ficando com as multinacionais as principais movimentações no setor. Essa situação perdura até a década de 1950, quando o governo federal intensifica seu controle sobre as dinâmicas relacionadas ao petróleo. Este novo contexto é representado pela campanha “O petróleo é nosso”, pela qual há a consolidação do processo de nacionalização da exploração e se estabeleceu o monopólio estatal sobre toda cadeia produtiva, culminando na criação da Petrobrás, em 1953.

Neste momento, a Petrobrás assume o comando da estruturação da cadeia produtiva do petróleo no país, herdando do CNP as bases voltadas para a exploração do setor. Contudo, a



estatal ainda esbarrava em uma série de limitações, como ausência de tecnologia, falta de mão-de-obra e de pesquisas especializadas que dessem conta das peculiaridades que se faziam presentes para o desenvolvimento do setor. A não superação dessas barreiras ocorria, entre outros fatores, muito em função do contexto em que a empresa empreendia suas ações. Com o baixo preço do petróleo no mercado mundial, ainda era preconizado o processo de importação. Contudo, com a gradativa intensificação da demanda interna e, principalmente, após crise de oferta de petróleo no mercado mundial, durante a década de 1970, a situação muda de maneira drástica.

Com este novo cenário, um montante crescente de recursos é investido em pesquisas e perfuração de poços no Brasil e um órgão, criado em 1963, ganha destaque; o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobrás (Cenpes). Em parceria com centros de pesquisas do país e com empresas estrangeiras, este órgão supriu umas das principais demandas para a estruturação do setor, que era o déficit de recursos humanos capacitados e oferecimento de serviços especializados (MORAIS, 2013). Assim, forma-se uma rede de fornecedores, fabricantes de materiais e equipamentos, companhias de construção civil e montagem industrial, firmas de projetos e engenharias, de logística e de infraestrutura que possibilitam o desenvolvimento do setor (PIQUET, 2004). Neste contexto, começa a ser estabelecida as bases da exploração *offshore* de petróleo no país, com o litoral nordestino sendo o primeiro ponto de exploração (PESSANHA, 2017). Contudo, foi no Norte Fluminense que a atividade vai encontrar condições para seu desenvolvimento.

A relação da região com a produção de petróleo é antiga, datando dos primeiros anos do século XX. Em sua tese, Pessanha (2017) ressalta que já no ano de 1922 (ou seja, período anterior ao marco inicial supracitado) o coronel gaúcho Olavo Alves Saldanha, associado ao grupo de Henrique Laje (de Niterói), intenta explorar esse recurso mineral, realizando sondagens em sua fazenda (Boa Vista), que se localizava na Baixada Campista, em zona próxima a praia campista de Farol de São Tomé. Relata ainda o autor que as prospecções não obtiveram êxito devido a problemas técnicos e de desentendimento entre os empreendedores, que encerraram a busca em 1923. O fato é que estes podem ser considerados “visionários”, pois 50 anos depois o Norte Fluminense passa a ser a base da exploração do petróleo no Brasil (com a diferença do desenvolvimento dessa atividade ser no mar, não em terra).

A partir da dificuldade de se encontrar significativas jazidas de petróleo, capazes de elevar a produção em porções emersas do território, a Petrobrás decide por voltar seu olhar para a zona litorânea. Tal ação, entre outras questões, foi influenciada pelo reconhecimento da



similaridade geológica existente entre as costas marítimas do Brasil e da África Ocidental, na qual havia registros de abundantes jazidas (principalmente na Nigéria). Assim, no início de 1966, começa a prospecção do litoral brasileiro (MORAIS, 2013).

Já nos primeiros anos a mudança de rumo mostra-se acertada por conta de registros de descobertas de petróleo no litoral nordestino. Com o êxito, intensifica-se os investimentos no setor, a fim de aperfeiçoar os processos e as técnicas que possibilitariam a expansão da prospecção e exploração. Neste contexto, o Cenpes direciona suas pesquisas no desenvolvimento de quadros técnicos, tecnologias e aparatos de exploração adequadas às condições locais, o que vai possibilitar uma ampliação da área de investigação e na criação de zonas de potencial interesse. É então que as ações tomam novos rumos, mais especificamente, tomam caminhos mais ao sul do litoral nordestino, em busca de novas jazidas.

No Espírito Santo não encontram quantidades significativas de recursos minerais. Mas é quando se chega ao Norte Fluminense que se tem estruturado o marco da exploração de petróleo no país. A partir das descobertas que ocorrem na porção norte do estado do Rio de Janeiro há uma mudança intensa da relação do país com a produção petrolífera. Os campos que vão sendo descobertos na região se apresentam com maior possibilidade de exploração, centralizando as atenções e investimentos ante as demais zonas. Assim, a região volta a ser foco de uma atividade de suma importância para o país e, de certa forma, para o mundo, na medida em que os processos aqui implementados na extração do petróleo *offshore*, toda tecnologia e pesquisas criadas para este fim, serviram de referência para outras zonas produtoras. Ficam então caracterizadas as questões que consolidam o meio técnico-científico-informacional no Norte Fluminense.

Sobre a evolução tecnológica que se sucedeu no setor, Morais (2013) ressalta, tendo como bases as diferentes técnicas e a otimização dos processos que elas possibilitavam, quatro fases distintas da evolução da produção *offshore* na Bacia de Campos: a primeira estendeu-se de 1968 a 1973 e se caracterizou por uma dependência tecnológica em relação aos Estados Unidos, principalmente no que tange a identificação e a interpretação dos dados sísmicos que derivavam das ações de reconhecimento das questões geológicas litorâneas nacional; a segunda fase começou em 1974 e foi até 1983, marcada pelo início do êxito na exploração do petróleo, com as tecnologias implementadas (navios sondas, plataformas flutuantes e análises sísmicas em 3D) possibilitando uma extração significativa de recursos; a terceira fase (1984 a 1989) teve como característica a descoberta das reservas gigantes, por intermédio da perfuração de posicionamento dinâmico e do desafio que a exploração das mesmas geraram (o de extrair o



petróleo em águas cada vez mais profundas em um menor tempo); a quarta fase foi de 1989 até o início dos anos 2000 e teve como marco a implementação de inovações que superaram e otimizaram a produção local, dentre os quais se destacou o processamento de dados sísmicos em alta resolução, processamento de dados a bordo dos navios sondas para tornar efetivo os processos, o posicionamento por GPS das posições de extração e a exploração dos poços horizontais. O autor não explicitou esse debate, mas podemos indicar ainda a existência de uma quinta fase na criação de tecnologias e constituição de novos sistemas técnicos, associados, principalmente, a aparatos que possibilitaram a exploração de petróleo na camada Pré-Sal.

Essa evolução dos processos ligados à exploração do petróleo atesta a constituição do meio técnico-científico-informacional na região. Neste novo contexto, as técnicas interagem de maneira intensa com a ciência, constituindo a tecnociência. Esta, por sua vez, consolida-se tendo como referência a lógica do mercado global, influenciando as relações internas, conformando estruturas, estabelecendo padrões, a fim de atender suas demandas. “Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política” (SANTOS, 2006, p. 160). Com isso, as dinâmicas que constituem o espaço regional, com a consolidação do meio técnico-científico-informacional em função da introdução da exploração petrolífera, passaram a ter o elemento externo ainda mais presentes na conformação de suas relações.

De toda forma, a conformação da exploração petrolífera no Norte Fluminense transcorre de forma gradativa, tanto em função das inovações que eram implementadas pelos setores de pesquisa, quanto diretamente associadas às situações geopolíticas externas, mas também pelas questões internas que influenciavam as tomadas de decisões por parte do governo federal. As bases da exploração do recurso mineralógico do Brasil se deram em contexto de intensificação das ações nacionalistas para o controle das riquezas internas ao ponto de se estabelecer o monopólio de seu usufruto. A continuidade e organização do setor ocorreu de maneira mais intensa em momentos em que esse discurso prevalecia, tanto que a maioria das reservas descobertas na Bacia de Campos se deram em momento de vigência do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a partir da segunda metade dos anos 1970 e até os anos 1980, que intensificava a alocação de recursos para exploração e fazia com que a Petrobrás despontasse no cenário mundial (PESSANHA, 2017).

Contudo, um contexto diferenciado faz com que os aspectos nacionalistas cujo ator principal era o investimento estatal se desfça. Internamente tem-se o momento político conturbado de implementação de aparatos democráticos necessários, porém frágeis, no período



posterior a derrubada do governo instituído pelo golpe militar de 1964. Concomitante, e muito em função desse contexto de crise e incertezas no campo político, tem-se a estagnação econômica que se estabeleceu no decorrer dos anos de 1980, a “década perdida”. Em âmbito externo, viu-se a propagação da agenda neoliberal fortalecida pelo Consenso de Washington, que se apresentava como uma solução para a crise econômica instaurada na América Latina, desde que alguns preceitos básicos fossem seguidos, com o principal sendo a diminuição da presença do Estado na economia, por intermédio de privatizações das estatais. Seguindo essa cartilha, os governos de Sarney (1985-1989), Collor (1990-1992), Itamar (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) implementam uma série de ações para a diminuição da atuação direta estatal em nome de uma invocada “otimização” dos setores econômicos quando sob a égide da propriedade privada. Nesse processo, várias estatais foram privatizadas, inclusive parte das estruturas ligadas à Petrobrás, com venda de subsidiárias como a Petromisa (Petrobrás e Mineração S/A, que atuava na extração de minerais), a Petroflex (que atua na comercialização de combustíveis) e de infraestruturas de suporte à produção, como a cessão de 30% da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP à Repsol. Ou seja, mesmo com a manutenção da Petrobrás enquanto um ente estatal, o setor petrolífero não saiu ileso dessa situação de abertura do mercado ao capital internacional promovida por esses governos.

Em 1995, por intermédio da Emenda Constitucional nº 9, a exclusividade do Governo Federal na exploração e produção de petróleo no país foi suspensa e diversas empresas estrangeiras começaram a atuar nos mais diferentes processos relacionados à exploração deste recurso. Nesse quadro, o monopólio sobre essa riqueza continuava com a União, que cedeu por meio de contratos de concessão (distribuídos por leilões e outros procedimentos) a exploração do petróleo às empresas privadas. Pessanha (2017) aponta que a referida emenda implementada por Fernando Henrique Cardoso foi aprovada quase que simultaneamente à descoberta, em 1996, de mais uma gigante reserva de petróleo (Campo de Roncador) que possibilitaria um aumento da rentabilidade e do volume da produção na Bacia de Campos, o que gera então discussões acerca dos reais interesses que estavam por detrás desta modificação na regulação do petróleo.

De toda forma, o processo de abertura do setor petrolífero nacional foi iniciado e encontrou efetiva instauração em 1997 com a promulgação da Lei nº 9478, que ficou conhecida posteriormente como “Lei do Petróleo”. A nova legislação permitiu ao governo federal licitar os direitos de exploração e produção do petróleo através de contratos de concessão. Ela também “abriu” o capital da Petrobrás para aquisição por parte dos fundos de investimentos na bolsa de



valores, mas a União, muito em função da mobilização social, manteve o controle majoritário das ações da empresa. Por intermédio desta lei foi estruturada a Agência Nacional de Petróleo (ANP), o órgão regulador do setor, que teria a incumbência de agir sobre os diversos ramos atrelados à cadeia petrolífera, desde a exploração e a produção, passando pelo transporte, até o refino.

Piquet (2004) enfatiza que a “Lei do Petróleo” afeta diretamente o quadro do Norte Fluminense, isto porque com sua promulgação deslocam-se para a região novas petroleiras (as *majors* internacionais) que passam a operar, ao lado da Petrobrás, diretamente na produção *offshore* de petróleo e gás (P&G). Assim, começam a se estabelecer na região um quantitativo significativo de empresas do setor, criando diversas atividades novas, alterando a dinâmica local, criando um “*cluster petrolífero*” (PIQUET, 2004).

E essa nova relação que vai sendo consolidada, já na década de 1990, começa a exercer influência nas dinâmicas que conformam o Norte Fluminense. Neto e Ajara (2006) explicitam essas alterações ao analisarem as características do mercado de trabalho na região entre os anos de 1991 e 2000. Segundo os autores, nesse período, houve um acréscimo de 19.410 vagas no quantitativo total de empregos formais no Norte Fluminense, passando de 79.230 para 98.640.

No que diz respeito às características dos empregos formais que se consolidaram na região entre 1991 e 2000, Neto e Ajara (2006), tendo como base informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) apontam que as maiores concentrações de trabalhadores e a maior expansão do quadro de vagas estavam nos empregos para cuja faixa salarial variava entre 1,01 até 3 salários-mínimos. Segundo os autores, em 1990 havia 33.869 postos de trabalho nessa faixa de recebimento, representando 42,75% do total regional. Em 2000, estavam registrados 52.113 empregados nessa faixa salarial, o que equivalia a 52,83% do total de empregos da região (NETO e AJARA, 2006).

Contudo, esse crescimento intenso na oferta de emprego formal não foi uma realidade em toda a região. O município que mais sentiu os efeitos da instalação das unidades produtivas ligadas à produção petrolífera nesse período foi Macaé, que apresentou uma variação positiva da oferta de trabalho formal com a abertura 14.216 novos empregos, entre os anos de 1991 e 2000. Para exemplificar essa heterogeneidade nos efeitos positivos diretos do emprego formal relacionado à constituição da infraestrutura da produção petrolífera, entre os anos de 1995 e 1999, Macaé apresentou um índice de aumento de 125,39% das vagas de emprego formal, enquanto Campos apresentou um índice de 1,56% (NETO e AJARA, 2006).



De toda forma, a partir dos anos 2000, em especial, depois de 2002 (com a mudança do cenário político e a chegada do PT à presidência), há um redirecionamento das políticas de investimento da Petrobrás, vinculada à intensificação da ação do Governo Federal para a expansão da produção e das infraestruturas petrolíferas. Nesse contexto, houve aumento do quantitativo produzido, das rendas geradas, do quadro de empregos, ou seja, diversas transformações ocorreram, afetando as dinâmicas do Norte Fluminense.

A modificação das dinâmicas conformadoras do quadro regional, neste contexto, ocorreu por conta da expansão e redirecionamento das atividades, mas também pelo fato da indústria petrolífera, apesar de ser classificada como extrativa mineral, trazer consigo uma pluralidade de empresas sem as quais não há possibilidade de funcionamento do setor ou da cadeia ou do ramo. A complexidade tecnológica atrelada à produção do petróleo exige um sistema industrial que precisa estar integrado, criando uma cadeia produtiva que vai desde a jazida até a produção final do petróleo e seus derivados. Tal situação faz com que, convencionalmente, as indústrias do petróleo sejam divididas em três segmentos: *upstream* (montante), *midstream* (meio) e *downstream* (jusante). O primeiro compreende as atividades de exploração e produção do petróleo, podendo ser em terra (*onshore*) ou no mar (*offshore*). O segundo abarca a logística de transporte e armazenamento de petróleo e gás natural. O terceiro diz respeito às atividades de refino do petróleo bruto, processamento do gás natural em plantas de petróleo, transporte e comercialização/distribuição de derivados.

Com a possibilidade de empresas privadas explorarem o petróleo, houve um aumento das empresas internacionais que se instalaram no município de Macaé-RJ, atuando de diferentes formas, nos distintos segmentos (*upstream*, *midstream* e *downstream*). Estas, por sua vez, necessitavam de diversos outros serviços que vão desde tarefas complexas, como pesquisas sísmicas, perfuração etc., que são operados, normalmente, por transnacionais de atuação global; até serviços básicos de fornecimento de insumos para trabalhadores que atuam no setor, que são operados por empresas locais. Nessa parte da cadeia produtiva do petróleo no Brasil há de se ressaltar e, por conseguinte, se diferenciar das petroleiras, a atuação das para-petroleiras. Estas podem ser definidas como empresas fornecedoras de bens (equipamentos e materiais), tecnologia e serviços demandados pelas petroleiras na exploração/produção do petróleo (PESSANHA, 2017). Neste novo contexto, as para-petroleiras, principalmente em função do processo de ampliação da tecnologia, da reestruturação produtiva que se consolidava e pela descoberta de novas reservas.



Mas não só a atividade petrolífera denota a constituição do meio técnico-científico-informacional na região. No final do século XX, o Norte Fluminense volta a se destacar no cenário nacional com investimentos que integrariam o país às relações globais. A partir dos anos 2000, diversas obras de infraestrutura foram anunciadas na região, ligadas principalmente à questão portuária, com o intuito de conectar o Brasil às dinâmicas da globalização. Estes portos seriam a manifestação do meio técnico-científico-informacional no território, tanto por inserir os processos regionais aos fluxos de conexão com o espaço externo, quanto por ter em sua estrutura aparatos produtivos modernos que constituiriam um processo de industrialização regional. Dos diversos empreendimentos anunciados, um se materializou: o Complexo Logístico Industrial do Porto do Açu.

O Porto do Açu foi anunciado como um projeto que mudaria a dinâmica regional. Concebido para ter integração produtiva com processos industriais que funcionariam em sua retroárea e não como uma simples infraestrutura de circulação de mercadorias, o CLIPA tem sua materialização iniciada em 2007, com sua operação começando em 2014. Contudo, do que foi pensado por Eike Batista (empresário responsável por sua implementação), até o que foi consolidado muitas alterações foram feitas. Mudança de governo, denúncias de corrupção, problemas financeiros, falência das empresas de Eike, tudo isso forçaram mudanças de rumo, tanto que em 2013 o fundo financeiro americano EIG Global Energy Partners assume o controle do projeto e fica responsável por sua execução.

De toda forma, mesmo que os planos iniciais de Eike (que incluía até mesmo a construção de uma cidade planejada, a “Cidade X”) não tenham se concretizado, não se pode dizer que as dinâmicas do CLIPA não tenham influenciado na consolidação do meio-técnico-científico-informacional na região. Atualmente diversas multinacionais atuam nas dependências do porto, estas, inclusive, em sua maioria, ligadas a cadeia produtiva petrolífera. Contudo, outros processos começam a se estruturar na área do CLIPA, reforçando essa situação de influência. Estes se relacionam principalmente ao setor de energia e gás, como a construção de termelétrica, em parceria com as empresas Siemens e British Petroleum (BP), e outros aparatos técnicos que podem auxiliar na consolidação da modernização de diversas dinâmicas existentes no Norte Fluminense. Mas há um caminho longo ainda a percorrer até sua constituição ser efetivada.

O que se tem consolidado é que as transformações que as novas atividades ligadas a estruturação do meio técnico-científico-informacional na região influenciaram processos que conformam o regional. Contudo, estes foram estruturados a partir das relações e dinâmicas já



constituídas. Assim, considera-se que o setor petrolífero e a questão portuária foram constituídas sobre uma regionalidade já estruturada, aproveitando-se dos fluxos e fixos conformados, mas criando outros. Com isso, permanências fizeram com que não houvesse uma cisão entre as dinâmicas do açúcar com as novas atividades, caracterizando assim as relações que constituem a região Norte Fluminense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises referenciadas no conceito de região, apesar de evocarem a ideia de delimitação de área e constituição de recortes, vão muito além disso. Os debates regionais apresentam diversos caminhos, com diferentes possibilidades de desenvolvimento de análises, não ficando restritos à noção de imposição de limites. A região é dinâmica, consolidada por processos, influenciando relações. No decorrer do artigo buscou-se entender o Norte Fluminense como produto histórico e multiforme, conformado pela interação dos diversos agentes, nas diferentes dimensões que o constitui.

As bases da criação do Norte Fluminense datam do século XVI, período de ocupação do Brasil Colônia por parte dos europeus, sendo conformada a partir da interação de diversos processos que influenciaram a caracterização dessa espacialidade. A instituição de seus limites territoriais, a organização das atividades que configuraram o espaço (da cana ao petróleo), a forma com que as dinâmicas regionais foram construídas estiveram diretamente ligadas às relações com o meio, com os nativos, com a metrópole e com outras regiões que também surgiram no território colonial no mesmo momento. Assim, não há como compreender a consolidação da consolidação das dinâmicas regionais, com a região ganhando notoriedade no cenário nacional, sem colocar em evidência as mesmas relações e analisar as diferentes interações que foram constituídas e que possibilitaram essa nova caracterização da situação regional.

A partir da segunda metade do século XX, no primeiro momento com a atividade petrolífera, e no início do século XXI, também sob a influência das ações do CLIPA, houve uma maior consolidação do meio técnico-científico-informacional na região. As ações oriundas desses setores integram o Norte Fluminense de maneira mais intensa ao espaço externo, constituindo novos fluxos, internacionalizando dinâmicas, inserindo a região nos processos de globalização. Mas isso não quer dizer que, como ressalta Santos (2006), a particularidade regional foi sucumbida pela homogeneização ligada às questões globais, pelo contrário. Segundo o autor, estas singularidades “(...) são o suporte e a condição de relações globais que



de outra forma não se realizariam” (SANTOS, 2006, p. 165). Assim, não se pode dizer que as atividades que marcaram o avançar do meio técnico-científico-informacional promoveram cisões completas nas dinâmicas que caracterizam o Norte Fluminense. Sua constituição se deu em espacialidade histórica e socialmente produzidas, com fixos estabelecidos e fluxos estruturados aproveitando-se deles para sua consolidação. É por sua interação que a região se materializa como uma categoria de prática e de análise.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D.V. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRANDÃO, C.A. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2003

GRATALOUP, C. Os período do espaço. **GEOgraphia -Revista de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, v.8, n. 16, 2006.

HAESBAERT, R. da C. **Regional-Global: Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. 3º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados dos municípios. Cidades-IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acessado em: 03 de jun de 2021.

MORAIS, J.M. **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea-Petrobras, 2013.

NETO, A.F.P; AJARA, C. Transformações recentes na dinâmica sócio-espacial do Norte Fluminense. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006. **Anais ABEP**, Caxambu – MG, 2006.

PESSANHA, R.M. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades**. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/PPFH), Rio de Janeiro, 2017.

PIQUET, R. Impactos de um setor de alta tecnologia em uma região brasileira – o norte fluminense na era do petróleo. In: Colóquio sobre transformaciones territoriales - nuevas visiones en el início del siglo XXI, 5., 2004, La Plata. **Anais eletrônico**, La Plata, 2004.

PIQUET, R.; GIVISIEZ, G.H.N; OLIVEIRA, E. A nova centralidade de Campos dos Goytacazes: o velho e o novo no contexto regional. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, nº 18-19, 2006.



SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. O Brasil: **Território e sociedade no início do século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SWYNGEDOUW, E. Globalização ou glocalização? Redes, territórios e reescalonamento. In.: BRANDÃO, C.; FERNÁNDEZ, V. R.; RIBEIRO, L. C. de Q. (org.): **Escalas espaciais, reescalonamentos e estatalidades: lições e desafios para América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles, p. 71-106, 2018.

VAINER, C. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, Rio de Janeiro, vol. 9, nº1; maio, 2007.